

DECRETO Nº 8943, DE 21 DE SETEMBRO DE 2009.

## **HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.**



O Prefeito de Itajaí no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 47, inciso IV, da **Lei Orgânica** do Município, e de acordo com o art. 19 da Lei nº **4.509**, de 22 de dezembro de 2005, DECRETA:

**Art. 1º** Fica homologado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Habitação, parte integrante deste Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 21 de setembro de 2009.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal de Itajaí

JOÃO PAULO TAVARES BASTOS GAMA  
Procurador-Geral do Município

### **REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO**

#### **Capítulo I NATUREZA E FINALIDADE**

**Art. 1º** O Conselho Municipal de Habitação órgão de cooperação governamental, instituído pela Lei nº **4.509**, de 22 de dezembro de 2005, é um colegiado de caráter permanente entre Governo e a sociedade civil, com poderes deliberativos e fiscalizatórios, vinculado à Secretaria Municipal de Habitação, é regido pelo que estabelece este Regimento Interno.

#### **Capítulo II DAS COMPETENCIAS**

**Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal de Habitação:

- I - fixar critérios, definir diretrizes e estratégias para a implementação da Política Municipal de Habitação de Interesse Social e de Regularização Fundiária e do Plano Habitacional de Interesse Social, observadas as normas legais que regem a matéria;
- II - aprovar as diretrizes e normas para gestão do Fundo Municipal de Habitação;
- III - estabelecer critérios e limites máximos de financiamentos e repasses da verba do Fundo Municipal de Habitação, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento a esta lei;
- IV - definir política de subsídios na área de habitação;
- V - definir as condições de retorno dos investimentos e projetos;
- VI - definir os critérios e as formas para o acesso aos programas habitacionais, assentamentos e regularizações fundiárias, bem como a transferência dos referidos imóveis entregues pelo município;
- VII - fiscalizar, deliberar e acompanhar a aplicação do Fundo Municipal de Habitação, solicitando, se necessário, o auxílio do órgão de finanças do Executivo;
- VIII - Elaborar, modificar e deliberar sobre o Regimento Interno;
- IX - pronunciar-se sobre consultas do Chefe do Executivo, bem como sobre as prioridades de projetos, estudos, ou pesquisas, segundo as necessidades do desenvolvimento habitacional do Município;
- X - exarar resoluções acerca de casos omissos ou conflitantes da legislação habitacional;
- XI - propor a edição de normas gerais habitacionais e manifestar-se sobre a criação e/ou alteração da legislação no município;
- XII - acompanhar e avaliar a execução orçamentária dos programas do Governo Municipal que se referem a Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária;
- XIII - dar publicidade e divulgar seus trabalhos e decisões em edital a ser fixado no mural da Secretaria de Habitação e na imprensa oficial do município;
- XIV - praticar outros atos e atividades compatíveis com sua finalidade.
- XV - capacitar permanentemente os membros do CMH através de cursos, palestras e seminários;
- XVI - organizar e realizar Conferencia Municipal e audiências publicas de temas relativos a habitação e regularização fundiária;

### Capítulo III DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Habitação é composto por:

- I - Presidente;
- II - Plenário;
- III - Secretaria-Executiva;
- IV - Comissões Temáticas.

#### SEÇÃO I DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**Art. 4º** Ao Presidente do Conselho compete:

- I - representar o CMH em todos os atos em que o órgão for convocado, superintender seus serviços e assegurar o seu funcionamento;
- II - convocar e presidir as reuniões do Plenário e das Câmaras Temáticas;
- III - ordenar o uso da palavra;
- IV - submeter à votação as matérias a serem decididas pelo Plenário e pelas Câmaras Temáticas;
- V - submeter à apreciação do Plenário o relatório anual do Conselho;
- VI - encaminhar ao Chefe do Poder Executivo e demais órgãos do Governo Municipal as informações e exposições de motivos sobre as matérias de competência do Conselho;
- VII - delegar competências ao Secretário Executivo do Conselho, quando necessário;
- VIII - zelar pelo cumprimento das disposições deste Regimento tomando, para este fim, as providências que se fizerem necessárias;
- IX - solicitar a elaboração de estudos, informações e posicionamento sobre temas de relevante interesse público;
- X - homologar deliberações e atos do Conselho Municipal de Habitação;

XI - assinar atas aprovadas nas reuniões do Conselho Municipal de Habitação;

Parágrafo Único - Na ausência ou impossibilidade do presidente, este será substituído pelo Vice-Presidente.

## SEÇÃO II DO PLENÁRIO

### SUBSEÇÃO I DA COMPOSIÇÃO

**Art. 5º** O Plenário é o órgão superior de decisão do Conselho, composto pelos membros mencionados no art.13 da Lei 4.509/2005, com indistinto direito à voz e voto.

§ 1º Poderão integrar o Plenário do Conselho, como convidados, com direito a voz e sem direito a voto, personalidades e representantes de órgãos e entidades públicas e privadas, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como outros técnicos, indicados por um dos conselheiros, sempre que da pauta constar tema de suas áreas de atuação.

§ 2º O CMH deliberará mediante resoluções, por maioria simples dos presentes, tendo seu presidente o voto de qualidade no caso de empate, devendo estas ser numeradas, publicadas e arquivadas pela Secretaria Executiva do CMH.

§ 3º O mandato dos Conselheiros será exercido gratuitamente, pelo período de dois (02) anos, permitida a recondução, ficando expressamente vedada a concessão de qualquer tipo de remuneração, vantagem ou benefício de natureza pecuniária.

§ 4º Após a nomeação dos membros do CMH, as substituições definitivas dar-se-ão somente nos seguintes casos:

I - mediante renúncia expressa do conselheiro;

II - a pedido do segmento representado;

III - pelo não comparecimento às sessões do CMH em 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) intercaladas, sem justificativa;

IV - pelo descumprimento das disposições previstas neste Regimento, a ser apurada em regular processo administrativo, levado a apreciação do plenário para votação.

§ 5º A substituição dos conselheiros do CMH se dará pelo suplente indicado pela entidade, devendo a mesma indicar novo representante para ocupar a vaga de suplente no Conselho.

§ 6º Nos casos de substituição do conselheiro, o período do seu mandato será para completar o tempo restante daquele que foi substituído.

## SUBSEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO

**Art. 6º** O Plenário do Conselho Municipal de Habitação reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, segundo o cronograma aprovado pelos seus membros no início de cada exercício ou, extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, ou da maioria de seus membros, sendo exigida, nessa hipótese, a apresentação de justificativa por escrito ao presidente do CMH.

§ 1º As convocações para as reuniões do Conselho serão feitas com, no mínimo, 48h (quarenta e oito horas) de antecedência.

§ 2º As reuniões extraordinárias serão convocadas com, no mínimo, 24 h (vinte e quatro horas) de antecedência.

**Art. 7º** Na primeira reunião ordinária anual, o Conselho Municipal de Habitação estabelecerá seu cronograma de reuniões ordinárias para o ano.

**Art. 8º** Ao Plenário compete:

- I - aprovar o cronograma de reuniões;
- II - analisar e aprovar as matérias em pauta;
- III - propor, analisar e aprovar o Regimento Interno do CMH e suas futuras modificações;
- IV - decidir sobre dúvidas relativas à interpretação deste Regimento;
- V - constituir grupos de trabalho quando julgar oportuno e conveniente, e indicar os respectivos membros;
- VI - solicitar estudos ou pareceres técnicos especializados sobre matérias de interesse do Conselho;
- VII - apreciar e deliberar acerca dos assuntos especificados neste Regimento Interno ou em outro instrumento normativo pertinente, não reservado exclusivamente ao presidente ou a outro membro do conselho;
- VIII - apreciar e votar as análises e pareceres das Comissões Temáticas.

**Art. 9º** As reuniões do CMH terão sua pauta distribuída quando da convocação, terão o prazo máximo de duração de 01h30min (uma hora e trinta minutos), prorrogáveis por mais 30 (trinta) minutos e serão desenvolvidas observados os seguintes tópicos:

I - abertura e informes da presidência;

II - expedientes;

III - leitura, debate e votação da ata da reunião anterior;

IV - apresentação, debate e votação dos assuntos em pauta;

V - apresentação de propostas de pauta para a próxima reunião;

VI - manifestações gerais; e

VII - encerramento.

§ 1º As reuniões do Plenário devem ser registradas em ata e a lista de presença fará parte integrante da mesma.

§ 2º O conselheiro que tiver assunto para ser incluído na pauta deverá, com antecedência mínima de 07 (sete) dias, encaminhá-la, por escrito, preferencialmente por correio eletrônico ao Secretário Executivo.

### SUBSEÇÃO III DA VOTAÇÃO

**Art. 10** As reuniões do CMH serão iniciadas com a presença da maioria de seus membros, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta de seus membros, através de voto aberto.

§ 1º A primeira chamada para as reuniões se dará na hora marcada na convocação, sendo exigido a presença da maioria dos conselheiros para se dar início aos trabalhos.

§ 2º Quando a convocação apresentar na pauta assuntos declarados "urgentes", e caso não se consiga o número mínimo de membros expressos no § 1º, o presidente poderá realizar uma segunda chamada após 15 (quinze) minutos da anterior, e dar início aos trabalhos com um mínimo de 30% (trinta por cento) de presença.

**Art. 11** As deliberações, pareceres e recomendações do Conselho serão formalizadas mediante resoluções homologadas pelo seu Presidente, na forma do § 2º do artigo 5º desta norma.

SEÇÃO III  
DA SECRETARIA-EXECUTIVA

**Art. 12** A Secretaria Executiva do Conselho Municipal de Habitação será ligada diretamente ao seu Presidente e será exercida pelo representante da Secretaria de Desenvolvimento Social, na forma do artigo 13, II, letra c, da Lei nº 4.509/2005.

§ 1º A Secretaria Executiva do Conselho tem por finalidade a promoção do necessário apoio técnico-administrativo ao CMH, fornecendo as condições para o cumprimento das competências legais do órgão.

§ 2º Caberá à Secretaria Municipal de Habitação prover o apoio administrativo e os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho Municipal de Habitação.

**Art. 13** São atribuições da Secretaria Executiva do Conselho:

I - preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, incluindo pauta de convocação das reuniões e anexos, convites a apresentadores de temas previamente aprovados, preparação de informes, remessas de material aos conselheiros e outras providências;

II - acompanhar as reuniões do Plenário e redigir sua ata;

III - providenciar a remessa da cópia da ata a todos os componentes do Plenário;

IV - dar publicidade a todos os atos deliberados no Conselho, na forma do inciso XIII do artigo 2º deste Regimento Interno;

V - dar encaminhamento às conclusões do Plenário e acompanhar a implementação das deliberações de reuniões anteriores;

VI - fornecer aos conselheiros, na forma de subsídios para o cumprimento de suas competências legais, informações e análises estratégicas produzidas nos vários órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Sociedade Civil;

VII - encaminhar ao Plenário, propostas de convênios e outros ajustes, visando à implementação das atribuições do Conselho;

VIII - atualizar, permanentemente, informações sobre a estrutura e funcionamento dos Conselhos Municipais;

IX - despachar os processos e expedientes de rotina;

X - acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções emanadas do Conselho e as respectivas atualizações;

XI - Encaminhar aos conselheiros, até 15 (quinze) dias após a reunião, preferencialmente por meio de correio eletrônico, a ata de reunião para análise que deverão devolvê-la em, no máximo, 05 (cinco) dias após o recebimento, com eventuais observações a serem submetidas ao Plenário para votação;

XII - manter controle e arquivo de todo expediente recebido e encaminhado pelo Conselho.

#### SEÇÃO IV DAS COMISSÕES TEMÁTICAS

**Art. 14** Ficam criadas as seguintes Comissões Temáticas:

I - Habitação de Interesse Social;

II - Regularização Fundiária;

III - Gestão do Fundo Municipal de Habitação.

Parágrafo Único - As Comissões serão compostas de, no máximo, quatro membros escolhidos em Plenário.

**Art. 15** Compete a Comissão de Habitação de Interesse Social:

I - analisar e dar parecer quanto a critérios e formas para o acesso da população aos programas habitacionais;

II - analisar e dar parecer conclusivo acerca dos projetos habitacionais de interesse social a serem implantados pelo município;

III - praticar outros atos e atividades compatíveis com sua finalidade.

**Art. 16** Compete a Comissão de Regularização Fundiária:

I - analisar e dar parecer quanto a critérios, formas e condições para os assentamentos e regularizações fundiárias, bem como a transferência dos referidos imóveis entregues pelo município;

II - analisar e dar parecer acerca de processos administrativos de pedidos de regularização fundiária, assentamentos e transferência de imóveis doados ou cedidos pelo município ao beneficiário para com terceiros;



III - praticar outros atos e atividades compatíveis com sua finalidade.

**Art. 17** Compete a Comissão de Gestão do Fundo Municipal de Habitação:

I - analisar e dar parecer acerca de critérios e limites máximos de financiamentos e repasses da verba do Fundo Municipal de Habitação Popular, a título oneroso ou a fundo perdido, para as modalidades de atendimento a esta lei;

II - analisar e dar parecer acerca de processos administrativos de pedidos de financiamento e/ou repasse de verbas do FMHP;

III - analisar e dar parecer acerca da política de subsídios na área de habitação;

#### Capítulo IV DOS ATOS DO CONSELHO

**Art. 18** As decisões do CMH serão dadas sob a forma de pareceres e resoluções.

Parágrafo Único - Os pareceres e resoluções serão encaminhados à Secretaria Municipal de Habitação e ao Gabinete do Prefeito.

**Art. 19** Parecer é a manifestação do Conselho sobre a matéria submetida à sua consideração.

Parágrafo Único - O parecer será emitido pelas Comissões Temáticas competentes, por escrito nos autos do processo, de forma sucinta, contendo análise da matéria e conclusão.

**Art. 20** Resolução é o ato normativo do Conselho de caráter geral, destinado a disciplinar matéria de sua competência específica.

#### Capítulo V DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

**Art. 21** Compete ao CMH gerir o Fundo Municipal de Habitação Popular e estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos conforme metas e objetivos traçados pelo Governo Municipal na área da habitação popular e regularização fundiária, na conformidade do que dispõe a Lei 4.509/2005.

#### Capítulo VI DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 22** As funções dos membros do Conselho Municipal de Habitação serão consideradas serviço de relevante interesse público.

**Art. 23** O Presidente do Conselho poderá requerer ao Chefe do Poder Executivo a colaboração técnica existente no serviço público ou a contratação de terceiros.

**Art. 24** O Conselho poderá organizar mesas-redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimento e tecnologia, visando a subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designado.

**Art. 25** Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos mediante aplicação subsidiária da legislação Federal e Estadual pertinentes, bem como por deliberação do plenário do Conselho.

**Art. 26** O presente Regimento Interno só poderá ser modificado por quorum qualificado de 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho Municipal de Habitação.

**Art. 27** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 21 de setembro de 2009.

JANDIR BELLINI  
Prefeito Municipal de Itajaí

JOÃO PAULO TAVARES BASTOS GAMA  
Procurador-Geral do Município